



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 10.387

**Presidente da Mesa Diretora:** Martins Lima Filho

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Modifica e revoga leis

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 27/06/2023

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 88/2023. Altera a Lei nº 5.500, de 08/12/2022, que dispõe sobre desafetação e alienação de imóvel com área de 3.204,79 m², situado no Centro Administrativo do Bairro Ibituruna; autoriza o aumento de capital da Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização – ESURB, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 5.574, de 29/06/2023).

**Controle Interno – Caixa:** 16.9      **Posição:** 13      **Número de folhas:** 08

Espécie: PL  
Categoria: Modifica  
Nº: 16.0  
Ordem: 13  
nº fls: 06



Nº 69/2023

39.06.2024

# Câmara Municipal de Montes Claros

Lei 5.574, de 29 de junho de 2023.

## PROJETO DE LEI Nº 88/2023

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Altera a Lei Municipal Nº 5.500, de 08 de dezembro de 2022

### MOVIMENTO

Entrada dia - 27/06/2023

1 - Comissão de Legislação, Justiça e Redação

2 -

3 - APROVADO EM REGIME DE URGENÇA

4 - Em 29.06.2023

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



**Município de Montes Claros-MG**  
**PROCURADORIA-GERAL**

**PROJETO DE LEI Nº 88, DE 26 DE JUNHO DE 2023.**



**ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 5.500, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2022.**

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – O artigo 3º., da Lei Municipal n.º n.º 5.500, de 08 de dezembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 3º** – Fica a Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização – ESURB, com interveniência do Município, autorizada a firmar acordos em débitos de natureza não tributária, que tenham ações ajuizadas; habilitação de crédito; notificação de débito ou iniciada a execução até o dia 01 de novembro de 2.022, objetivando o pagamento do valor efetivamente devido da seguinte forma:

**I** – valor total com desconto de 20% (vinte por cento), em 20 (vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, a primeira com vencimento após a conclusão dos respectivos trâmites administrativos e burocráticos;

**II** – valor total sem desconto, em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, a primeira com vencimento após a conclusão dos respectivos trâmites administrativos e burocráticos;

**§1º.** Os credores deverão requerer os acordos juntando cópia do procedimento licitatório, dos acordos firmados ou dos demonstrativos do débito da Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização – ESURB.

**§2º.** Acaso os valores do débito total habilitado seja superior ao recurso disponível para quitação, após regular habilitação dos credores interessados, mediante edital, fica a Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização – ESURB autorizada a estabelecer concurso de credores para privilegiar o pagamento dos credores que oferecerem maior desconto percentual sobre o valor total.

**§3º.** O Município deverá envidar esforços para que a Empresa

*Municipal de Serviços, Obras e Urbanização – ESURB efetive o parcelamento próprio dos débitos de natureza tributária, bem como de débitos referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, podendo inclusive adiantar valores necessários para o pagamento das parcelas de entrada dos respectivos parcelamentos.*

...

**Art. 6º** – Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 7º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros (MG), 26 de junho de 2023.



Assinado de forma digital por  
HUMBERTO GUIMARAES  
SOUTO:06589235600  
Dados: 2023.06.26 18:41:20  
-03'00'

**Humberto Guimarães Souto**  
**Prefeito de Montes Claros**

**Otávio Batista Rocha Machado**  
**Procurador-Geral**

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 27 DE ABRIL DE 2023  
fern  
PRESIDENTE





**Município de Montes Claros-MG**  
**PROCURADORIA-GERAL**

Montes Claros (MG), 26 de junho de 2023

**Exmo. Sr.**  
**Vereador Martins Lima Filho**  
**DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros**  
**Ofício nº GP-\_\_\_\_\_/2023**  
**Assunto: encaminhamento de projeto de lei**

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **“ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 5.500, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**.

O presente projeto de lei tem por objeto adequar a redação do art. 3º., da Lei Municipal n.º n.º 5.500, de 08 de dezembro de 2022, permitindo à Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização – ESURB solucionar a questão dos débitos, de natureza não tributária, referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, bem como firmar concurso de credores na hipótese que especifica.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



Assinado de forma digital por  
HUMBERTO GUIMARAES  
SOUTO:06589235600  
Dados: 2023.06.26 18:41:44  
-03'00'

**Humberto Guimarães Souto**  
**Prefeito de Montes Claros**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

### **ASSESSORIA LEGISLATIVA**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 88/2023 QUE “Altera a Lei Municipal nº 5.500, de 08 de dezembro de 2022” de autoria do Prefeito Municipal.**

Projeto de Lei Complementar enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

O projeto em questão tem como objetivo a alteração da lei 5.500/22 para acrescentar o parcelamento de débitos referentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

A iniciativa de Leis que versem sobre a Administração Direta, Indireta, Autarquias e Empresas Públicas, especialmente de ordem financeira, é do Prefeito Municipal.

O projeto em questão acrescenta, dentro dos débitos que se buscarão a quitação, os alusivos ao FGTS.


Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à técnica de redação.

Há que se ressaltar que a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 27 de junho de 2023.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OABMG/78.605



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 88/2023**

**AUTOR:** Executivo Municipal

**MATÉRIA:** Altera a Lei Municipal nº 5.500, de 8 de dezembro de 2022.

#### **I – RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 27/06/2023 com entrada na Sala das Comissões no dia 27/06/2023.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

A presente proposição altera o art. 3º da Lei Municipal nº 5.500, de 08 de dezembro de 2022.

A Lei Municipal nº 5.500 autoriza desafetação e alienação de imóvel, aumento de capital da Empresa Pública Municipal de Serviços, Obras e Urbanização – ESURB e dá outras providências.

O art. 3º da citada lei autoriza a ESURB firmar acordos em débitos de natureza não tributária, que já tenham ações já ajuizadas; habilitação de crédito; notificação de débito ou iniciada a execução até o dia 01 de novembro de 2022, disciplinando em seus incisos as condições de pagamento dos acordos realizados.

A redação originária dos incisos I e II do art. 3º da Lei Municipal estabelecia que a primeira parcela do acordo em ambos os casos começaria em março de 2023.

Por meio da Proposição nº 88/2023, o Poder Executivo altera os incisos para fazer constar que a primeira parcela do acordo começará após a conclusão dos respectivos trâmites administrativos e burocráticos, excluindo, portanto, o marco temporal fixado anteriormente.

O projeto de lei altera a redação do § 2º do art. 3º dispondo que “acaso os valores do débito total habilitado seja superior ao recurso disponível para quitação, após regular habilitação dos credores interessados, mediante edital, fica a Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização – ESURB autorizada a estabelecer concurso de credores para privilegiar o pagamento dos credores que oferecerem maior desconto percentual sobre o valor total”.

O §3º preleciona que o Município deverá envidar esforços para que a Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização – ESURB efetive o parcelamento próprio dos débitos de





**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

natureza tributária, bem como de débitos referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, podendo inclusive adiantar valores necessários para o pagamento das parcelas de entrada dos respectivos parcelamentos.

De acordo com a mensagem encaminhada pelo Prefeito, o projeto de lei objetiva adequar a redação do art. 3º da Lei Municipal nº 5.500, de 08 de dezembro de 2022, permitindo a ESURB solucionar a questão dos débitos, de natureza não tributária, referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, bem como firmar concurso de credores na hipótese que especifica.

Analizando a presente propositura, verifica-se tratar de matéria de interesse local, de competência exclusiva do Executivo, portanto, não incide em vício de iniciativa e atende os requisitos legais e constitucionais.

**III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2023.

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Vice\_Presidente: Ver. Igor Gustavo Dias

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus